

Paschoal Lemme

Os povos do campo como sujeitos de uma educação democrática

Paschoal Lemme

Rural populations as subjects to democratic education

Paschoal Lemme

Los pueblos del campo como sujetos de una educación democrática

GLÁUCIA FERRARI*

Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, Brasil.

MÁRCIA FERRARI**

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória- ES, Brasil.

MATEUS PROVETI***

Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, Brasil.

RESUMO: Este estudo bibliográfico é sobre o pensamento de um dos mais importantes intelectuais da educação no Brasil, Paschoal Lemme (1904-1997), evidenciando a relevância e a atualidade de suas contribuições teóricas, em especial, as que se referem à educação das populações rurais do Brasil. Apresenta informações sobre a trajetória do autor, buscando contextualizar a formulação de suas reflexões no que se refere à educação e também à relação com a sociedade e com a democracia. Aborda algumas de suas relevantes contribuições aos

* Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação pela Universidade Federal Fluminense, mesma instituição pela qual, atualmente, é Doutoranda em Educação. É Professora efetiva e Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Espírito Santo (Campus de Alegre) e membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos (Nedeja). *E-mail:* <ferrari.glaucia@gmail.com>.

** Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Especialista em Psicologia Educacional e em Psicopedagogia, e Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente exerce a função de Assessoramento Pedagógico nas prefeituras municipais de Vitória e Serra (ES). *E-mail:* <marciaferrari120@hotmail.com>.

*** Graduado (bacharelado e licenciatura) em História pela Universidade Federal Fluminense. *E-mail:* <provetimateus@gmail.com>.

processos educativos no campo, buscando fazer aproximações com contextos mais atuais que envolvem a defesa da democratização da escola pública e democrática para a população rural.

Palavras-chave: Educação e democracia. Educação de jovens e adultos. Educação do campo.

ABSTRACT: This bibliographic study is about the thoughts from one of the most important educational intellectuals in Brazil, Paschoal Lemme (1904-1997), highlighting the relevance and the topicality of his rhetorical contributions, particularly those which refer to the education of rural populations in Brazil. It presents information about the author's trajectory, seeking to contextualize the formulation of his reflections regarding education and the relationship with society and democracy.

Keywords: Education and democracy. Education of youngsters and adults. Rural education.

RESUMEN: Este estudio bibliográfico trata del pensamiento de uno de los intelectuales más importantes de la educación en Brasil, Paschoal Lemme (1904-1997), mostrando la relevancia y actualidad de sus aportes teóricos, especialmente aquellos que se refieren a la educación de las poblaciones rurales de Brasil. Presenta informaciones sobre la trayectoria del autor, buscando contextualizar la formulación de sus reflexiones con respecto a la educación y a la relación con la sociedad y la democracia. Aborda algunas de sus importantes contribuciones a los procesos educativos en el campo, buscando aproximarlas a contextos más actuales que incluyen la defensa de la democratización de la escuela pública y democrática para la población rural.

Palabras clave: Educación y democracia. Educación de jóvenes y adultos. Educación del campo.

Introdução

As reflexões deste ensaio teórico pretendem se inserir na discussão dos parâmetros que constituem o debate sobre a relação entre educação e democracia no Brasil, tendo como ponto de partida o pensamento e as contribuições de um dos mais importantes intelectuais do pensamento educacional brasileiro, Paschoal Lemme (1904-1997).

Detentor de um pensamento social avançado, que marcou sua atuação profissional no campo da educação nacional, Paschoal Lemme viveu sua infância em um bairro de classe média da cidade de São Paulo, pertencendo a uma família de imigrantes. Seu pai, de origem italiana, obteve o diploma de odontólogo, já com a família parcialmente formada por oito filhos, conciliando os estudos com a jornada de trabalho. Sua mãe veio de Portugal aos dois anos de idade e trabalhou a vida toda em casa, dedicando-se exclusivamente à família e à educação dos doze filhos do casal.

Em toda sua trajetória escolar estudou unicamente em escolas públicas e, desde muito jovem, Lemme compreendeu sua vocação para educação, tendo sido ferrenho defensor de uma escola pública, gratuita, democrática e laica. Construiu uma carreira expressiva, atuando como professor, servidor público e intelectual, acumulando uma rica experiência pessoal e profissional que o levou a uma produção acadêmica valorosa.

Nos anos de 1920 e 1930, integrou o movimento de renovação e reconstrução educacional, conhecido como Pioneiros da Educação Nova, tendo sido signatário de seu manifesto. Como educador extremamente envolvido na luta pela educação dos trabalhadores, foi também um dos pioneiros da educação popular e da educação de adultos no Brasil, campo central de suas preocupações, às quais atribuía uma função estratégica e fundamental nas mudanças sociais, inclusive, no processo de democratização da educação, cabendo ao Estado a incumbência de organizá-las e desenvolvê-las. Na esteira de Paschoal Lemme, ainda na década de 1930, já se apresentavam as questões que foram trazidas e aprofundadas por Paulo Freire¹, ou seja, já se postulava o conhecimento do sujeito, reconhecendo-o como ponto de partida do processo de organização escolar. Já se compreendia que o professor da educação de adultos necessita de uma formação específica, que lhe ofereça condições de lidar com a variedade de problemas, com a diversidade dos sujeitos e dos conhecimentos que traziam para a escola.

A relação com a educação rural se deu a partir de sua primeira, e breve, atuação como professor primário de escolas rurais pertencentes à rede municipal do Distrito Federal. Lemme enfatizava os problemas da educação primária brasileira, denunciando a gravidade da situação das zonas rurais, principalmente ao constatar a inferioridade do número de matrículas das escolas situadas no campo e da relação direta que este fato mantinha com o analfabetismo.

A vasta literatura sobre as temáticas da educação de jovens e adultos (EJA) e da educação rural ou no/do campo ressalta aspectos que aproximam esses campos da educação, envolvendo, em ambos os casos, a histórica exclusão e negação de direitos sociais por parte de seus sujeitos, especialmente, o direito à educação. Segundo Oliveira e Filho (2011, p.414-415), em todo o percurso histórico da educação brasileira, não é raro encontrar “referências ao descaso para com esses segmentos, tratamento que os aproxima no que tange às políticas públicas e revela, por sua vez, a não prioridade da educação como um todo para um país essencialmente agrário”. Ao longo do tempo histórico brasileiro,

essa negação de direitos desencadeou um processo de resistência e luta por um tipo de educação que tivesse como princípio o respeito às necessidades e características dos sujeitos, neste caso dos jovens e adultos, povos do campo², segmento cruelmente atingido pela exclusão social e educacional.

Apesar do avanço alcançado pelas recentes políticas sociais e educacionais destinadas às populações rurais, diga-se de passagem, conquistas da luta incessante dos movimentos sociais do campo, ainda se percebe uma situação social de precariedade no campo em relação aos espaços urbanos e, de modo especial, no que se refere às escolas e aos processos educativos, normalmente acompanhada de resultados e indicadores sociais e educacionais insuficientes.

O meio rural brasileiro também enfrenta, há algumas décadas, o grave problema da desativação de unidades de ensino e também de turmas de EJA, processo justificado pelos governos federal e estadual pela baixa demanda da população escolar em regiões rurais, gerando serviços de transporte escolar muitas vezes inexistentes ou precários. De acordo com os dados do Censo Escolar divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2010 a 2018 houve uma diminuição geral no número de escolas públicas no Brasil e um acentuado decréscimo no quantitativo de escolas públicas localizadas no campo, tendo sido desativadas 21.822 escolas rurais (em média, 2.727 a cada ano). No mesmo período, a oferta de EJA em escolas rurais apresentou uma queda de 32%, tendo, em 2010, 15.442 escolas públicas rurais com turmas de EJA, e em 2018, 10.635 escolas.

Para muitos estudiosos esse processo está relacionado com a visão preconceituosa sobre o campo ou, ainda, como a estratégia de imposição de um modelo específico de desenvolvimento para o campo baseado na concentração da terra e no agronegócio. De qualquer forma, não há dúvidas que o fechamento de escolas no campo interfere diretamente na formação social e cultural das pessoas que residem nos espaços rurais e nele estabelecem relações sociais e materiais.

Apesar de atual, esse cenário não constitui novidade na realidade brasileira. Entre os anos de 1930 a 1960, Paschoal Lemme já se preocupava com a educação de adultos, inclusive de origem rural, e lutava pela democratização do ensino rural no Brasil. Este texto se propõe a dar ênfase à defesa do direito de todos e todas à escola pública, gratuita e de qualidade, feita por este renomado intelectual, dispensando maior atenção às suas perspectivas a respeito da educação destinada aos povos do campo.

Para dar conta deste propósito foram revisitadas algumas obras do autor e também de outros estudiosos que se dedicaram a conhecer e compartilhar suas ideias. Embora sua obra tenha sido conhecida e redescoberta há pouco tempo, em relação a outros intelectuais brasileiros, o conteúdo deste artigo pretende evidenciar a relevância e também a atualidade de suas contribuições que irão perpassar, inicialmente, sobre sua própria vida e postura enquanto intelectual envolvido com as questões e com os problemas de seu tempo. O texto

também se preocupa em perceber as matrizes teóricas do pensamento de Lemme acerca da relação entre educação, democracia e sociedade e, ainda, em resgatar algumas contribuições do autor no que se refere à educação destinada às populações rurais brasileiras.

O intelectual e a relação entre educação, democracia e sociedade

Paschoal Lemme (1904-1997) vivenciou um período singular da história mundial e da sociedade brasileira marcado pelos ideais de renovação e reconstrução social, muito presentes nas sociedades ocidentais no início do século XX. Uma época intensa, situada entre duas grandes guerras mundiais e entre o estabelecimento global de um novo modelo econômico e um novo modo de vida, a sociedade capitalista, que impulsionava e definia as relações sociais e de produção entre os indivíduos. Cenário que também atingia o Brasil, que, no mesmo período, atravessava uma época de repressão política mediante a ditadura de Getúlio Vargas.

Foi nesse contexto que Paschoal Lemme materializou suas ideias sobre educação e sua relação com a sociedade, atravessadas pela perspectiva da luta de classes. Entre os intelectuais da época, Paschoal Lemme foi o primeiro a assumir uma posição intelectual declaradamente de esquerda, sendo sua formação e leitura da realidade influenciadas por essa tradição sociológica, o que o levou a desenvolver uma produção intelectual, de forma geral, permeada pelas análises que discutiam o impacto da estrutura de classes nas desigualdades sociais e educacionais.

É oportuno ressaltar a situação educacional do País para a qual Lemme destinava suas preocupações. Nos anos de 1950, a percentagem média de analfabetos no Brasil era de 51,5%. Em algumas regiões esse percentual chegava a 80%. A maioria das crianças não concluía os quatro anos da escola primária e não eram alfabetizadas plenamente. Segundo afirma o próprio autor “para uns 9 milhões de crianças em idade escolar primária, uns 4 milhões matriculam-se nas escolas existentes, mas apenas uns 10% concluem os respectivos cursos” (LEMME, 2004, p.110). De quase 9 milhões de adolescentes entre 12 a 18 anos de idade, apenas 6% estavam matriculados no ensino secundário e, deste total, pouco mais de 10% conseguiam concluí-lo. Lemme (2004) destaca que 85% da oferta do ensino secundário na época estava vinculada à rede privada, o que já revela a negação do direito à escolarização neste nível de ensino para os pobres. No ensino superior a situação não era diferente, pois apenas 20% dos 40 mil estudantes conseguiam concluir os cursos e grande parte deste total não possuía perspectiva de emprego ou trabalho na área de formação. Ainda havia o grave problema do analfabetismo, que, em 1940, atingia 12 milhões de pessoas maiores de 18 anos, total que representava mais de 50% dos indivíduos correspondentes a esta idade.

Lemme compreendia a educação sob duas premissas básicas, sendo a primeira a que reflete seu caráter permanente, compreendendo que o ser humano possui naturalmente a capacidade de aprender e de interagir com o meio no qual se encontra inserido. A segunda premissa refere-se à compreensão da educação como processo que se desenvolve em função das condições sociais em que o sujeito se encontra. Nesse sentido, educação e ensino se configuram como fenômenos históricos e sociais, intimamente relacionados às particularidades de cada região, contexto ou realidade brasileiras. Assim, o ato de aprender se relaciona intimamente com a capacidade que o ser humano possui de

se adaptar às condições do meio físico e social e reagir sobre esse meio, constituindo essa verdadeira viagem que cada indivíduo faz, do nascimento à morte, sua história individual, que só é possível, evidentemente, no quadro da vida social, que é o ambiente, o elemento, no qual e por meio do qual se processa essa grande aventura de cada vida humana (LEMME, 1961, p. 18-19).

Compreendia a transmissão dos valores culturais dentro do convívio social, entendendo o indivíduo como um ser social e como produto e produtor da sociedade. Nesse sentido, a escola torna-se uma necessidade, devendo ser garantida pelo Estado como um direito do cidadão que precisa ser preparado para contribuir com a “democratização da vida em sociedade” (LEMME, 1961, p. 103).

No desenvolvimento do processo educacional, a autonomia se apresenta, para Lemme, como um valor fundamental tanto no que se refere à atuação do professor, quanto à participação dos estudantes. Defendia a garantia da liberdade pedagógica e metodológica no exercício profissional docente e também a valorização das ideias e experiências dos estudantes. Segundo Lemme (1961, p.103), “as forças imaginativas e criadoras da criança não devem ser desprezadas; tais forças se revelam, a princípio, como atividades artísticas e construtivas e, mais tarde, podem permear toda a experiência” (LEMME, 1961, p. 103).

Apesar de compreender a educação e a escola como elementos importantes na transformação do meio social e, por conseguinte, no desenvolvimento do País, Paschoal Lemme não lhes atribuía a capacidade de resolução de todos os problemas, questionando sua centralidade no processo de reconstrução social. Importante dizer que a concepção vigente na época, decorrente dos ideais modernos e iluministas, fundava-se no discurso que atribuía à educação o poder pleno de transformação social e comandava as políticas públicas destinadas à população, transformando a educação em fundamento a serviço da manutenção do sistema e da hegemonia capitalistas.

Avesso à perspectiva defendida pelo otimismo pedagógico, Lemme entendia a educação enquanto instrumento de mudança e desenvolvimento social, e não o principal motor da modernização social, criticando a crença na educação como sobreposta à sociedade. Para o autor, a educação não proporciona a igualdade social, mas se constitui como “um fato social condicionado por outros fatos que a determinam. A escola é capaz de influir nos

processos de evolução. Entretanto, a crença de que as reformas educacionais podem transformar uma sociedade é antinatural e anti-histórica” (LEMME, 2004).

Sobre essa questão, afirmava que a “educação não é alguma coisa de mirífico, alguma panaceia ou alguma fórmula mágica que, aplicada sobre uma dada região, faça produzir, como por encanto, a transformação, o progresso ou o desenvolvimento da mesma” (LEMME, 1961, p.60). A questão do êxito na educação era, na verdade, um retorno ou consequência do desenvolvimento social e econômico do país ou região, não podendo ser analisado pelo viés da liberdade individual ou da meritocracia.

Coerente com sua identidade e militância marxistas, Paschoal Lemme defendia que a desigualdade econômica e social desencadeava o processo de desigualdade de acesso à educação, o que torna indispensável a compreensão de que “somente uma sociedade verdadeiramente democrática pode proporcionar educação completamente democrática”, pois “o caráter da educação resulta do caráter da sociedade que a ministra e não o contrário” (LEMME, 1961, p.21). Nesse sentido, a necessária construção de um sistema público de ensino democrático, ideal perseguido por Lemme e Anísio Teixeira³, dependia essencialmente da transformação das condições sociais e dos modos de vida e do acesso aos serviços públicos básicos do povo brasileiro.

A questão da democracia e da educação como processo democrático eram pontos presentes no conjunto de temas e assuntos recorrentes na vida e no pensamento de Paschoal Lemme. Inspirado na democracia socialista e na reforma educacional vivenciadas na ocasião pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se alinhava aos princípios do materialismo histórico defendidos por Marx e Engels, Lemme (1955) argumentava que uma educação democrática deveria ser feita na comunidade e para a comunidade, ou seja, ter a realidade e as experiências dos sujeitos como ponto de partida e de chegada, em um movimento dialético e contínuo. Dentre outras condições, a educação democrática envolvia também a igualdade de oferta para todos, sem quaisquer distinções, além do desenvolvimento de uma educação integral pautada na formação do homem para a vida em sociedade e da estreita vinculação entre teoria e prática, entre o saber científico e a realidade.

Educar democraticamente, para Lemme (1955) significava agregar sentido e utilidade ao conhecimento, cuja função envolve a libertação do “homem da opressão das formas inferiores de trabalho, e não para fornecer simples adestramento para que o trabalho de muitos se tornasse um pouco mais produtivo para a exploração e gozo de poucos” (LEMME, 1955, p.68).

Educação democrática é aquela que, fundada no princípio da liberdade e no respeito à pessoa humana, assegura a expansão e a expressão da personalidade, proporcionando a todos igualdade de oportunidades, sem distinção de raças, classes ou crenças, na base da justiça social e da fraternidade humana, indispensáveis a uma sociedade informada pelo espírito da cooperação e do consentimento. Por isso mesmo, a educação democrática exige, além de uma concepção democrática de vida, uma organização social em que a distribuição do poder econômico não esteja nem antagonismos nem privilégios (LEMME, 2004, p.82).

Tal afirmação sinaliza para a compreensão de que a democracia não representa apenas o direito à liberdade ou à participação social, mas a possibilidade de que a gestão se dê com a participação da população e que esta necessita ter uma vivência democrática de forma plena, com acesso de todos ao ensino público, gratuito, laico e de qualidade, direito à saúde, ao trabalho e à liberdade de crença, sem qualquer distinção.

A educação de adultos, tanto no que se refere à alfabetização quanto à formação continuada, era compreendida por Lemme como um pilar da democracia, defendendo a dependência entre trabalho e educação. Contrapondo-se ao problema do analfabetismo e da baixa escolaridade entre adultos, principalmente os mais desfavorecidos de condições sociais, defendia que o adulto é um indivíduo com capacidade plena para aprendizagem, a partir da crença na educação como processo que se dá durante a vida, cabendo ao Estado o dever de proporcionar essa vivência educativa.

Considerando o grande percentual de analfabetismo e defasagem escolar dos adultos e também sua necessidade de atualização profissional e do convívio com a cultura, Paschoal Lemme não se ocultava em afirmar que a educação do adulto é uma questão tão importante e um problema tão necessário de ser solucionado quanto as demandas das gerações mais novas, atribuindo ao Estado a responsabilidade em assegurar a todos e todas oportunidades de trabalho e de ensino, pois o fracasso ou sucesso do indivíduo não se refere a uma questão de interesse ou esforço pessoal, mas do “esforço que o Estado estiver fazendo, continuamente, no sentido de assegurar ao maior número possível de cidadãos oportunidades iguais de acesso ao ensino, à educação e à cultura” (LEMME, 1961, p.50).

O olhar para a educação das populações rurais brasileiras

Como já relatado, o início do envolvimento de Paschoal Lemme com a educação pública brasileira se deu em um momento de forte influência dos processos de industrialização e, por consequência, de urbanização, que o País atravessava. Nessa época, o desenvolvimento industrial, dentre outros fatores, provocou o esvaziamento dos espaços rurais, pois as necessidades básicas da população rural foram sendo esquecidas ou postergadas, gerando um movimento cíclico, vicioso e dependente, baseado na concentração de renda e na negação à maioria da população rural ao acesso aos bens indispensáveis a seu bem-estar.

Ao longo desse processo, a pequena propriedade agrícola e a agricultura familiar ficaram relegadas à subalternidade no que se refere à formulação das políticas públicas, tendo como resultado a expulsão maciça de pequenos proprietários e trabalhadores rurais do campo para as cidades. Este processo também afetava a oferta de escolarização nos meios rurais, pois “na medida em que o êxodo rural se acentua não se evidencia a necessidade de escola para o meio rural, pois para o sistema a educação precisa atender ao sistema produtivo, cujo centro é o espaço urbano” (FURTADO, 2004, p.47).

Paschoal Lemme defendia a oferta escolar para todos, independentemente de qualquer condição, inclusive do lugar onde os sujeitos habitavam. A escola do campo deveria possuir vínculos profundos com a comunidade na qual está inserida, acompanhando o ritmo e o modo de vida de seu povo. Defendia que a escola formava para a vida na comunidade e deste modo deveria ter uma profunda relação com a vida e o trabalho no campo, ser pensada e construída a partir desta realidade, convergindo com os princípios que buscavam avançar para o que décadas depois passou a ser conhecida como educação do campo. Segundo Caldart (2004), uma das particularidades da educação do campo é o vínculo concreto estabelecido com seus sujeitos sociais, com um recorte específico de classe, cuja teoria pedagógica dialoga tanto com sua realidade particular, quanto com o conjunto da população trabalhadora do campo. Trata-se “de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele (CALDART, 2004, p.3).

Sem negar a importância da escola e da educação no processo de mudança social através do domínio do conhecimento, Paschoal Lemme percebia também que os problemas da educação rural eram completamente dependentes “de causas fundamentais tão complexas que seria ingenuidade” pretender encontrar soluções “somente com os recursos da ação escolar” (LEMME, 2004, p.68). Não bastava pensar em reformar o ensino rural sem pensar no aspecto econômico da população que vive neste meio, incorrendo-se no risco de imprimir um caráter artificial e limitado da escola no ambiente rural, face as condições materiais de vida, e não contribuir, de forma significativa, com as necessidades da população deste meio (LEMME, 1959).

No contexto da educação do campo, Caldart (2004) também reconhece que ela não cabe em uma escola, pois suas dimensões vão muito além do contexto escolar e envolvem outras lutas, como o acesso e permanência na terra, a visão do campo como espaço social de produção material e simbólica das condições de existência, o desenvolvimento sustentável, a construção de identidades, a valorização da cultura e dos modos de vida. Entretanto, a autora destaca que a presença da escola no meio rural constitui-se como uma de suas principais lutas, pois “a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo” (CALDART, 2004, p.10), ao que Lemme denominara de escola comum, ou seja, uma escola distanciada dos modos de vida e da realidade rural, centrada em bases e ideais urbanos. Além disso, a escola do campo pode assumir um papel importante na disputa pela hegemonia de um projeto de sociedade menos desigual, a partir de sua vinculação com outras políticas de desenvolvimento do campo (sociais, econômicas, culturais etc.) e também com a dinâmica social na qual seus sujeitos estão envolvidos.

Na Carta Brasileira de Educação Democrática, Lemme (2004) destaca algumas recomendações a respeito da educação das populações rurais. Sobre tais alicerces seriam criadas escolas que visassem às necessidades das novas gerações para que, no futuro, não necessitassem abandonar o campo em busca de melhores condições de vida:

- 1) A organização da educação das populações rurais exige o estudo prévio das áreas naturais e culturais em que deve exercer-se, para que, com essa base objetiva, se projetem programas e métodos adaptados às características de cada área, capazes de atenderem ao ajustamento do homem ao seu ambiente.
- 2) É de desejar-se a criação de institutos rurais, em cujas atividades figurem pesquisas sobre a higiene, a economia e a sociologia das populações do campo, a preparação de professores para escolas rurais de segundo grau e de pesquisadores da vida rural.
- 3) Além da maior disseminação de escolas primárias e de escolas agrícolas para adolescentes, a obra de educação destinada às populações rurais deverá levar em conta a função de outros órgãos de educação extra-escolar e de serviço social.
- 4) Convém a criação de escolas normais situadas em zona rural e organizadas em função do meio, para a preparação do magistério afeiçoado ao trato dos problemas de saúde, de vida econômica e social das populações rurais.
- 5) A obra de educação rural exige, nas zonas de população menos densa, a criação de “colônias-escolas” do tipo já aprovado no 82º Congresso Brasileiro de Educação.
- 6) Convirá que os órgãos técnicos de educação entrem em entendimento com o Serviço de Imigração e Colonização e o Conselho de Proteção aos Índios, para a elaboração de planos de educação e assistência a imigrantes e indígenas.
- 7) Recomenda-se a conveniência da organização de missões culturais destinadas ao aperfeiçoamento dos professores rurais, em seu próprio ambiente de trabalho (LEMME, 2004, p. 84-85).

Paschoal Lemme ressaltava a relação entre latifúndio (muito frequente e presente nas regiões rurais) e educação, argumentando que o problema da educação rural no Brasil só poderia ser resolvido a partir da solução do problema agrário, mediante uma reforma agrária. Segundo o autor, cerca de 2/3 da população brasileira com idade inferior a quinze anos de idade não frequentavam a escola por necessitarem ajudar suas famílias com o trabalho no campo. Submetidos a condições precárias de vida, advindas da exploração latifundiária, a situação desses jovens “compensam, em seu trabalho no campo, elevada cota com que cooperam para o índice de analfabetos”; e “compensar com o trabalho precoce e escravo o analfabetismo a que estão condenados é uma formulação monstruosa” (LEMME, 1959, p.46).

Nesse sentido, destaca algumas propostas que poderiam contribuir com a melhoria dos processos sociais do campo: a) enfatiza as necessárias mudanças na legislação agrária, visando a ampliação do direito à terra pelos povos que dela/nela vivem; b) defende a descentralização industrial, visando a geração de fontes permanentes de trabalho no campo; c) propõe a criação de um Estatuto do Trabalhador Rural, com vistas à regulamentação do trabalho do campo; d) destaca a necessária implantação de políticas públicas na área da saúde, com a criação de centros de saúde no campo; e, e) defende a implementação de um plano de desenvolvimento das estradas rurais, visando a melhor mobilidade da população rural e também o escoamento da produção agrícola.

Conclusões

Recuperar na história da educação brasileira as perspectivas e iniciativas que embasam o pensamento educacional nacional, procurando o fio conector entre as concepções progressistas na história passada e no debate atual sobre educação e democracia, constitui-se como um desafio que precisa ser assumido pelos que se propõem à atividade de pesquisa. O exercício de analisar as contribuições de Paschoal Lemme para a educação brasileira permite concluir o quanto este importante intelectual se manteve completamente envolvido com as questões e problemas de sua época, lançando olhares para o futuro e exercendo o “papel revolucionário do intelectual organicamente vinculado aos interesses das classes subalternas” (VIEIRA, 2008, p.77).

A perspectiva de Paschoal Lemme em compreender a educação como produto e não produtora das transformações sociais revela a importância da integração de políticas públicas sociais e a necessária renovação de estratégias de luta pela garantia de direitos humanos. Desta forma, imprime-se seu argumento sobre a insuficiência de políticas públicas que se restrinjam à oferta de educação para todos, ou seja, é necessário que todos os sujeitos que têm acesso à educação possuam, também, igualdade de condições que lhes possibilitem o pleno exercício da cidadania.

No que se refere à educação em espaços rurais, Lemme mostra que o processo de democratização de ensino se refere tanto à presença ou ampliação de unidades escolares no campo, quanto à maneira pela qual se estabelece o processo ensino-aprendizagem nesse contexto. Refere-se, também, ao reconhecimento das especificidades dos povos do campo, que incluem seus modos de vida e de produção de existência material, sua cultura e seus valores, à conscientização política e crítica e ao comprometimento com as classes subalternas. Nesse sentido, faz-se necessário o aprofundamento da reflexão sobre qual formato de escola é capaz de dar conta dessas tarefas, “sem subestimar nem superestimar o papel da escola nos processos de formação humana”, investigando “didáticas e metodologias que consigam traduzir esta concepção de escola e este projeto político e pedagógico em cotidiano escolar” (CALDART, 2004, p.15).

Não é possível deixar de destacar que as reflexões que subsidiaram a construção deste artigo são atravessadas de perplexidade e inquietação diante do momento de crise ética e política que o País atravessa e sob a qual vem se concretizando, diariamente, o risco à garantia de direitos, ao efetivo funcionamento das instituições e ao próprio exercício da democracia. Considerando o atual contexto de perdas de direitos em que vive a sociedade brasileira, cabe enfatizar, nas reflexões propostas por Paschoal Lemme, os perigos dos discursos que distorcem o sentido da democracia e põem em risco as conquistas históricas das classes mais vulneráveis.

Espera-se que as reflexões aqui propostas possam contribuir com a problematização e com o aprofundamento das perspectivas históricas que interferem, na contemporaneidade, na construção de uma visão mais ampla dos processos educacionais e que as ideias de Paschoal Lemme possam servir de inspiração na construção de uma educação brasileira democrática.

Recebido em: 30/08/2019 e Aprovado em: 09/02/2020

Notas

- 1 Verifica-se em Lemme, concepções relacionadas à Educação popular que se dá da sociedade para o indivíduo, alinhada a um pensamento anticolonial, ideias muito defendidas por Paulo Freire posteriormente.
- 2 Neste trabalho, este termo se refere ao conjunto de pessoas que vivem no ou do campo, sejam eles camponeses, quilombolas, agricultores, trabalhadores rurais, movimentos sociais, assentados da reforma agrária, povos indígenas ou trabalhadores assalariados, que se relacionem com a vida e/ou com o trabalho no meio rural.
- 3 Apesar de possuírem lutas em comum, a concepção de Lemme sobre o desenvolvimento social e o papel da educação em uma sociedade democrática se diferencia, em sua essência, das de Anísio Teixeira, que se apoiava nos ideais da meritocracia e liberdade individual, não pensando a sociedade como dominação de classes e sim a partir de uma matriz liberal, como uma reunião de indivíduos, sob a crença de que a ciência e a educação poderiam conduzi-la a um estado de bem-estar social.

Referências

- CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano 2, n. 2, p. 1-16, 2004.
- FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Estudo sobre a população rural no Brasil. In: FAO/UNESCO/DGCS-Itália/CIDE-REDUC. (Org.). **Educación para la población rural en Brasil, Chile, Colômbia, Honduras, México Paraguay y Perú**. Santiago: FAO, 2004, v. 1, p. 45-93.
- OLIVEIRA, Edna Castro de; FILHO, Custódio Jovêncio Barbosa. Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo: políticas públicas e os sentidos do direito à educação. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 413-431, jul./dez., 2011.
- LEMME, Paschoal. **A educação na U.R.S.S. – 1953**. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1955.
- LEMME, Paschoal. A educação brasileira num momento crítico. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 25, p. 95-109, set./out. 1959.
- LEMME, Paschoal. **Problemas brasileiros de educação**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória Limitada, 1959.
- LEMME, Paschoal. **Educação Democrática e Progressista**. São Paulo: Editorial Pluma Ltda. 1961.
- LEMME, Paschoal. **Memórias de um educador. Estudos de educação e perfis de educadores**. Volume 3. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- LEMME, Paschoal. **Memórias de um educador. Estudos de educação, participação em conferências e congressos, documentos**. Volume 4. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 16, p. 64-85, jan./abr. 2008.